

Privatização do público, destituição
da fala e anulação da política:
o totalitarismo neoliberal

1. *Adágio: Para o sol que se põe em toda parte*

O movimento neoliberal, entendido no sentido lato, talvez não esteja enganando quando prega a volta ao indivíduo, ao reino do privado e ao conseqüente desmantelamento da institucionalidade contemporânea que se forjou se não sob o signo do coletivo, pelo menos sob o signo da segurança, ao invés do signo do contrato mercantil. Tudo isto foi o trânsito desde a Revolução Francesa, com o Código Napoleônico, até o Estado do Bem-Estar; que se universalizou, mesmo para os países da periferia do capitalismo, sob formas de simulacros, bem ou mal acabadas, seja do contrato mercantil, seja do Estado do Bem-Estar. Já a redução da volta ao indivíduo com a prevalência exclusiva do mercado como a única instituição reguladora, auto-reguladora tanto da alocação dos recursos econômicos como das relações sociais e da sociabilidade em sentido geral, é mais problemática, posto que o mercado enquanto instituição nada tem de uma mera soma, de um mero agregado

de vontades individuais, embora este seja o pressuposto da teoria neoclássica, que assim faz a passagem do micro para o macro, da microeconomia para a macroeconomia, das decisões individuais para a sociabilidade geral. Mas permanece sob suspeita essa passagem e portanto o entendimento do mercado como uma instituição de regulação autoconstituída.

Se a redução ao indivíduo permanece no terreno meramente ideológico, ainda que se constitua hodiernamente como a expressão ideológica “par excellence” do movimento neoliberal, a redução ao privado – que não é a mesma coisa que o indivíduo – assenta-se noutras raízes, sociologicamente distintas, das quais é possível pesquisar seus fundamentos no próprio processo da acumulação de capital e de sua concentração e centralização. Ao lado dos processos da *institucionalização do Estado do Bem-Estar*.

Na interpretação original da constituição da esfera pública, que remonta a Hegel e é retomada modernamente por Habermas, esta aparece como a constituição de um espaço de sujeitos privados que assim se demarcam em relação ao Estado; em linguagem de Marx, a esfera pública de sujeitos privados é o lugar da concorrência entre os capitais, que inclui o metacado de força de trabalho. Mas trata-se de uma esfera pública *burguesa*. Uma redefinição da esfera pública burguesa para uma esfera pública não burguesa – não chega a ser antiburguesa – processou-se com o Estado do Bem-Estar, onde os sujeitos privados, ou a concorrência intercapitalista, e neste caso também o mercado de força de trabalho, passam a ser *regulados de fora*, isto é, por uma racionalidade que Habermas chamaria de “administrativa”, ainda que seu suporte material seja o conflito de interesses, ou a luta de classes, em sentido marxiano mais rigoroso.

A experiência social de mais de sessenta anos do Estado do Bem-Estar, se considerarmos a Grande Depressão de 29 como o marco da universalização de medidas de bem-estar, produziu o processo de sua “naturalização”, vale dizer, no sen-

tido habermasiano de esgotamento das energias utópicas. Na base dessa “naturalização” estão dois fenômenos extremamente importantes, ao primeiro dos quais a literatura não dá nenhuma importância, e ao segundo dos quais já se dedicou bastante papel e que se tem chamado a perda de centralização do trabalho (Offe, como representativo), isto é, as profundas modificações na classe operária. Mas o primeiro fenômeno diz respeito às burguesias e no que adiante chamarei seu processo de intensa subjetivação da acumulação de capital, da concentração e da centralização, cujo emblema e paradigma é a globalização, que expressa a privatização do público, ou, ideologicamente, uma experiência subjetiva de desnecessidade, aparente, do público. Todo o discurso sobre as multinacionais, que ultrapassam e tornam obsoletos os Estados Nacionais, são formas expressivas dessa subjetivação de uma experiência que, contraditoriamente, foi alavancada (feíssima palavra) justamente pelo Estado de Bem-Estar.

Do outro lado da equação, um processo parecido também atuou, ainda que com outros resultados. Ao lado das transformações na própria classe trabalhadora, suas transformações internas (composição, especialização, sexo e gênero, composição étnica, ocupações e profissões, etc.), que na verdade expressam suas transformações externas, vale dizer, suas relações com o capital, a posição na estrutura de classes, o menor conteúdo de trabalho vivo em cada átomo de valor agregado, o que se transforma em uma cadente quantidade operária, sua visibilidade, sua auto-identificação, o Estado do Bem-Estar produziu uma espécie de “naturalização” administrativa das conquistas e dos direitos que, ao tornarem-se praticamente universais, liberaram-se, num processo bastante conhecido do ponto de vista de sua produção conceitual e também histórica, de sua base material, vale dizer, das próprias classes trabalhadoras. O passo para, de novo com Habermas, esgotar as energias utópicas, como o abandono da militância sindical e até mesmo da simples adesão ao sindicato, expressa-se nas baixas taxas de sindicalização.

Todo esse processo é a privatização do público. Mais que as privatizações das empresas estatais, que apenas em dois países, Inglaterra e França, revestiram-se de conteúdos explicitamente ideológicos da luta de classes, no sentido de que as empresas estatais eram os bastiões de importantes setores da classe operária que fundou e viabilizou o próprio Estado do Bem-Estar, enquanto que na grande maioria dos outros países as privatizações tiveram sentidos mui pragmáticos, a subjetivação descrita é uma privatização da esfera pública, sua dissolução, a apropriação privada dos conteúdos do público e sua redução, de novo, a interesses privados. Não é por outra razão que as medidas de privatização, de dissolução da esfera pública, de destituição de direitos, de desregulamentação, por parte das burguesias e dos governos, encontram resistência social que não se transforma em alternativa política. É que essa subjetivação é comum aos dois lados da contenda, embora com sentidos de classe bem diversos, o que a resistência social sobretudo contra as medidas típicas do Estado do Bem-Estar (seguro-desemprego, seguridade em geral, aposentadoria, etc.) tem mostrado na Europa, apesar de que sua passagem para a política se vê dificultada justamente porque a ruptura da relação de conflito é uma anulação da política, nos termos de Rancière.

A "administrabilização" do Estado do Bem-Estar é a produção do consenso que, para Rancière, produz exatamente a anulação da política, posto que esta "... a que rompe a configuração sensível na qual se definem as parcelas e as partes ou sua ausência a partir de um pressuposto que por definição não tem cabimento ali: a de uma parcela dos sem parcela"¹.

2. *Largo: A formação da sociedade no Brasil*

A formação da sociedade brasileira, se a reconstituirmos pela interpretação de seus intelectuais "demiúrgicos", a partir de Gilberto Freyre, Caio Prado Jr., Sérgio Buarque de Holanda

¹ RANCIÈRE, Jacques. *O Desentendimento*. Trad. de Ângela Leite Lopes, São Paulo, Ed. 34, 1996, p. 42.

da, Machado de Assis, Celso Furtado e Florestan Fernandes, é um processo complexo de violência, proibição da fala, mais modernamente privatização do público, interpretado por alguns com a categoria de patrimonialismo, revolução pelo alto, e incompatibilidade radical entre dominação burguesa e democracia; em resumo, de anulação da política, do dissenso, do desentendimento, na interpretação de Rancière. ✱

É óbvio que sua base estrutural constituiu-se com o escravismo, o qual resume todo o anterior. Particularmente Freyre põe as cores fortes na violência sexual como apropriação do corpo e anulação do outro, na proibição dos cultos africanos como proibição da fala, no rigor dos castigos como proibição da reivindicação. Sérgio Buarque com o "homem cordial" insiste quase nas mesmas teclas: a astúcia da intimidade cordial é o horror das distâncias que é o signo do não reconhecimento da alteridade, das distintas proibições que anularam toda possibilidade de uma experiência subjetiva liberal.

Caio Prado Jr. explicará a trama estrutural dessa anulação, que não decorrerá de um caráter qualquer ibérico – o exagero, talvez de Sérgio Buarque – mas das determinações advindas da simultaneidade entre a colônia como coetânea do capitalismo mercantil e o escravismo como a marca de sua defasagem.

Machado de Assis, na leitura de Roberto Schwarz, desvela como a desfaçatez de classe se faz linguagem, retórica, antecipando notavelmente a "démarche" de Sérgio Buarque. Embora o registro teórico com que Schwarz interpreta Machado seja do campo marxista, é notável como dessa interpretação emergem Brás Cubas e Dons Casmurros que podem ser lidos no registro do "homem cordial".

Celso Furtado, em *Formação econômica do Brasil*, desvela, sob o mesmo prisma do Marx de *O 18 Brumário*, uma revolução passiva que, sem embargo, mudou radicalmente os termos da dominação de classes, mantendo, entretanto, as antigas classes dominantes como aliadas de segundo plano: uma operação semilampediúria. Toda essa riqueza de interpretação deságua em Florestan Fernandes, em *A revolução burguesa*, cuja hipótese mais radical é a da já quase impossibilidade de

que a dominação burguesa se revista das formas revolucionárias, tendo em vista, agora, por sua vez, o esgotamento de suas energias utópicas – Florestan não era um habermasiano, quem tampouco havia chegado, à época de *A revolução burguesa*, a tais conclusões.

O que ele quis dizer é que em não havendo rompido nunca com as bases do poder latifundiário, de um lado, e, de outro, em cedendo sua primazia ao imperialismo internacional, a burguesia nacional havia realizado a passagem para a dominação econômica de classe sem qualquer ruptura revolucionária. Mais que isto, as transformações que o capitalismo introduz na estrutura de relações sociais, sobretudo a emergência de um proletariado independente, a libertação do campesinato dos laços de dependência e da servidão (escrevo no momento – abril de 97 – em que a marcha do Movimento dos Sem-Terra sobre Brasília recupera, notavelmente, o espaço da política), acurralam o sistema de dominação de classe, com o que a burguesia reage sempre sob a forma de ditaduras.

A história brasileira, desde a Revolução de 30, mostra que no espaço de 60 anos é possível contar duas ditaduras, a de Vargas entre 1930 e 1945 e a que se seguiu ao golpe militar de 64, até 1984, perfazendo 35 anos de ditadura em 60 anos de história da mudança da dominação de classe. Mais, se se contar, além dos golpes que resultaram em ditaduras, as tentativas de golpes falhados, chega-se à média de um golpe ou tentativa para cada três anos, desde 30 até 90. A hipótese de Florestan, que recolhe toda a força da interpretação anterior, que vem de Gilberto até ele, parece encontrar nos fatos da história brasileira uma dramática e triste confirmação.

Todo o esforço de democratização, de criação de uma esfera pública, de fazer política, enfim, no Brasil, decorreu, quase por inteiro, da ação das classes dominadas. Política no sentido em que a definiu Rancière, já citado: a da reivindicação da parcela dos que não têm parcela, a da reivindicação da fala, que é, portanto, dissenso em relação aos que têm direito às parcelas, que é, portanto, desentendimento em relação

a como se reparte o todo, entre os que têm parcelas ou partes do todo e os que não têm nada.

Larga seria a reconstituição desse processo, com a desvantagem de que, embora os grandes clássicos brasileiros tenham posto o acento na violência da negação do outro, do corpo do outro, da fala do outro, da parcela dos sem parcela, dos dominados, a recuperação da história dos dominados é muito recente. Tomaremos, pois, como ponto de partida, brevemente, desde os anos trinta, e desde a tentativa de constituição dos partidos de classe, como movimentos das classes dominadas que abriram a política brasileira, ou, mais exatamente, realizaram a façanha de fazer política.

É notável e reconhecido na literatura que tanto as sociedades de ajuda mútua organizadas pelo operariado quanto os próprios sindicatos, anarquistas, anarco-sindicalistas, socialistas e posteriormente comunistas, foram anulados e transformados pela ditadura de Vargas nos Institutos de Previdência e nos sindicatos tutelados. Essa grande operação de silêncio, de roubo da fala, que se sintetiza na busca da “harmonia social”, é bem o signo da anulação da política. Quando os fatores da vitória aliada na Segunda Guerra Mundial intervieram na relação interna de forças políticas (ou de forças de polícia, no sentido que lhe atribui Rancière), derrubando Vargas, as classes dominadas ampliaram o espaço de sua fala e o Partido Comunista do Brasil (que tinha essa denominação, àquela época), chegou a ter uma bancada considerável na Câmara de Deputados, elegeu Prestes com a maior votação para o Senado – maior que a do próprio Vargas – tinha importantes bancadas em várias Assembléias Estaduais e em muitas Câmaras de Vereadores de importantes cidades, como Rio, Santos e Recife, tinham quase a metade das cadeiras. Em muitas cidades operárias o Partido Comunista do Brasil chegou a ser majoritário nas respectivas Câmaras de Vereadores. Em 1947, sob pressão norte-americana, já inaugurada a Guerra Fria pelo famoso discurso de Churchill, a que responderam as classes dominantes e as Forças Armadas brasileiras, o Partido Comunista do Brasil, que havia conseguido quase 10% da votação na eleição presi-

O golpe de 1964 tem todas as características, de forma extremamente forte, de uma total anulação do dissenso, do desentendimento, da política. Como aliás, qualquer ditadura. A busca do *consenso imposto* – que em termos gramscianos pode parecer uma contradição – mostrava que a *política* elaborada pelas classes dominadas havia abalado até as raízes o consenso “policial”.

As reformas de base, a grande bandeira unificada dos anos cinquenta e sessenta, que se amplifica extraordinariamente na década do golpe, significavam o questionamento da repartição da riqueza, unificando também categorias diversas de trabalhadores urbanos, classes médias antigas e novas, profissionais de novas ocupações, agora autonomizados e, em geral, tendo invertido sua velha relação com o populismo. O grande debate sobre a educação colocou num novo patamar a questão da escola pública, da produção científica e tecnológica, o papel dos cientistas e intelectuais que, nessa nova relação, tornavam-se “intelectuais orgânicos” da política, sem que estivessem necessariamente ligados a partidos políticos.

Mas talvez a amplificação mais notável da política tenha ocorrido mesmo no lado do campesinato e dos trabalhadores rurais. As Ligas Camponesas, menos pelo seu real poder de fogo, medido do ponto de vista de travar uma luta armada com os latifundiários – quando ela ingressou por essa via seu verdadeiro potencial revolucionário se exauriu –, deram a fala, o discurso, capaz de reivindicar a reforma agrária e de subordinar o campesinato, após longos séculos, da posição de mero apêndice da velha classe dominante latifundiária. O movimento pelo sindicalismo rural, que conflitava em objetivos imediatos com as Ligas Camponesas, entretanto confluía com as mesmas no sentido de criar a política no Brasil. E isto desequilibrou profundamente a própria relação entre as classes dominantes, que viram ameaçada sua possibilidade de fazer política “policial”, tanto no sentido rancieriano, quanto no sentido literal. O elo mais fraco da cadeia, nos termos de Lênin, havia se revelado do lado dos latifundiários, e a crescente au-

dencial de 45, foi posto na ilegalidade. Aqui não se trata de saber qual o caráter do Partido Comunista do Brasil: trata-se de uma operação de anulação do dissenso, de silenciamento de algo que exatamente não obedecia aos cânones geométricos da distribuição das parcelas. E é inegável, qualquer que seja a avaliação a respeito da própria “polícia” do Partido Comunista do Brasil (há uma literatura a respeito cada dia mais volumosa), que ele recolhia sua maioria de votos da classe operária das cidades mais industrializadas.

O varguismo ressurge nas eleições de 1950. Mas o processo do varguismo, em que ele busca apoiar-se no novo operariado urbano, que no período anterior ele havia simplesmente silenciado, começa a inverter os termos do problema. Em outras palavras, o varguismo é redefinido a partir da nova relação de forças estabelecida no seu interior, entre os velhos propósitos de cooptação, que é o nome sociológico da anulação, e as necessidades de abrir o espaço para a iniciativa dos sindicatos, impostas para que o próprio varguismo possa, agora, sobreviver ao confronto com a nova direita liberal “ma non tropo” (UDN), de base sobretudo urbana, e as velhas bases latifundiárias, representadas no antigo PSD. Isto é, a operação de abertura do varguismo é uma operação política da classe trabalhadora, embora a interpretação sociológica e de ciência política no Brasil insista no velho refrão, que toma ares de paradigma, de que o varguismo era a expressão de caudilhismo urbano.

O suicídio de Vargas é um golpe dirigido sobretudo a esse processo; que o velho estadista o entendeu, ainda que parcialmente, prova-o seu gesto extremo, geralmente interpretado apenas como a recusa em entregar o poder aos seus velhos inimigos; outras razões, de foro íntimo, não cabem nessa explicação, mas fica claro que, se elas existiam, o detonador foi a tentativa dos grupos dominantes em reduzir, novamente, o próprio Vargas a apenas um çaudilho que cooptava massas; neste sentido, ainda que perigoso, ele era controlável. Já como parceiro, ainda que em nível superior, dos sindicatos, ele ameaçava a “polícia” (política) brasileira, entendida em termos de Rancière.

Francisco de Oliveira

tonomia do campesinato e dos trabalhadores rurais ameaçava todo o esquema do poder.

Para não esquecer nada, nas Forças Armadas os praças de pré, desde soldados até sargentos, reivindicaram o voto, isto é, a fala, desestruturando a hierarquia, isto é, a ordem em que as partes do bolo eram divididas. A política consistiu nisso: o desafio à hierarquia e a reivindicação do voto punham por terra o papel policial em sentido literal que as Forças Armadas desempenham na "polícia" das classes dominantes.

O golpe de Estado de 1964 e toda sua duração não foram senão o esforço desesperado de anular a construção política que as classes dominadas haviam realizado no Brasil, pelo menos desde os anos trinta. Tortura, morte, exílio, cassação de direitos, tudo era como uma sinistra repetição da apropriação dos corpos e do seu silenciamento, do seu vilipêndio, da saga gilbertiana. Sindicatos mais que tutelados passaram a administrações diretamente nomeadas pelo Ministério do Trabalho, além, é claro, da regulação administrativa dos conflitos e da fixação, igualmente por via administrativa, dos salários, seus pisos e, por consequência, seus tetos, e a própria formação do mercado de força de trabalho. Uma sinistra produção de mercadorias sem equivalente, sem a ilusão da liberdade, que Friedrich Pollock já havia qualificado, nos anos trinta, como o sinal mais característico do fascismo. E uma anulação da possibilidade da reivindicação da parcela dos que não têm parcela, tanto na produção quanto na distribuição do produto social.

Penosamente, na brecha das próprias contradições da expansão capitalista poderosamente ajudada por esse quase fascismo, as classes sociais dominadas voltaram a reconstruir a política. Pondo por terra e inviabilizando a política salarial do governo e, com isso, sua capacidade de previsão e de aglutinação do novo e poderoso bloco burguês, recuperando suas entidades antes sob intervenção e, engenhosamente, encontrando formas de, ao enfrentar diretamente os grandes grupos econômicos, obrigando-os a acordos salariais, evitando, assim, a tutela do Ministério do Trabalho que permanecia meramente formal. Criando comitês de luta contra a carestia, na década

de setenta, deslocando a luta do terreno da reivindicação salarial para o terreno das políticas públicas, através dos movimentos populares, criando milhares de comitês pela anistia e pela constituinte, as classes dominadas reinventaram a política e novamente encurralaram as forças dominantes, que, à falta de capacidade para se autodirigirem, haviam deixado, desde o golpe de 64, a tarefa dirigente nas mãos das Forças Armadas. Como à crise de hegemonia, nunca resolvida, somou-se uma crise de previsibilidade, as Forças Armadas viram, de repente, fugir a terra de sob seus pés. Reapareceu, então, em lugar do *consenso imposto*, o consenso "policial", isto é, democrático.

Nessa passagem, o movimento popular prosseguiu na ofensiva, até a Constituinte de 1988, a chamada "cidadã", por Ulysses Guimarães. Toda a reivindicação anterior ganhou foros de direito, na letra da Carta Maior. O direito ao trabalho, o direito à auto-organização (os assalariados já haviam criado esse direito, ao criarem as centrais sindicais, proibidas legalmente até então), o direito à saúde, o direito à educação, o direito da criança e do adolescente, o direito à terra, o direito ao *habeas-corpus* (a talvez mais antiga negação do corpo na formação da sociedade brasileira), o direito ao *habeas-data* (talvez a outra mais antiga negação, a da fala, a do discurso), o direito a uma velhice digna e respeitada, enfim, todas as reivindicações que significam *política* como o processo mediante o qual se põe em xeque a repartição da riqueza apenas entre os que são proprietários, ganhou uma forma, talvez a mais acabada que as condições históricas permitiam.

Além disso, convém não esquecer, em 1989, outra vez, talvez mais radicalmente que em 1964, exatamente como desenvolvimento da *política* das classes dominadas, o regime político e o próprio sistema social sofreram um terremoto que, na escala Richter de medição de abalos, talvez tenha chegado perto dos 7 (o máximo da escala Richter parece ser 8), quando o candidato da esquerda chegou a quase 50% dos votos no segundo turno das eleições presidenciais, contra Fernando Collor de Mello.

As classes dominantes e o sistema como um todo entregaram-se totalmente ao seu "salvador", apesar de que ele era um "outsider", um messiânico, e, como se revelou depois, desparado para costurar forças tão disparatadas, além de invadir santuários da corrupção instalados na trama dos negócios entre o sistema privado de empresas, o sistema estatal produtivo e o Estado "condotiere" que se dessanguava. Um seqüestro de ativos financeiros que só encontrou paralelos na crise de Weimar, sob Hjalmar Schacht, não tão estranhamente o subseqüente intocável ministro das finanças do nazismo, foi aplaudido por todas as forças burguesas como o preço a pagar para salvar-se de Lula e seus "sequazes petistas-comunacionistas". O jornal *A Folha de S. Paulo* publicou um editorial intitulado "Custe o que custar" e viu, dias depois, que esse custo traduziu-se em invasão de seus escritórios e devassamento de sua contabilidade. Nem assim o jornal mudou, imediatamente, de posição.

O que as classes dominantes e o sistema dominante em geral conferiram a Collor foi a transformação de seu mandato, conquistado na eleição com os votos populares contra um Estado que se desfazia e que ele simbolizou nos pobres funcionários como "marajás", em um mandato destrutivo da política construída pelas classes dominadas – a esse processo eu chamei de *a falsificação da ira*, título do livro em que tratei de interpretar a metamorfose entre o Collor vingador de marajás e o Collor destruidor das organizações populares.

3. *Prestíssimo: para o ocaso brasileiro*

Esse processo desenvolve-se, agora, de forma plena e acabada, sob a égide da presidência de Fernando Henrique Cardoso. Vale a pena tentar entendê-lo sociologicamente, para buscar a raiz real de como a política "policial" tenta anular e destruir a política construída pelas classes dominadas.

De qualquer modo, o intenso processo de acumulação avançado (outra vez essa feíssima palavra) pelo regime militar

modou as relações e a hierarquia entre as classes dominantes, suas distintas expressões, suas frações agrárias, industriais, financeiras e de serviços², sua origem entre capital nacional, internacional e estatal produtivo, suas antigas fraturas regionais, a importância dos ramos e setores, desde a antiga prevalência têxtil-alimentar à atual químico-petroquímico-metal-mecânico e particularmente automotivo, seus graus de concentração, oligopólio e monopólio. Esse intenso processo, articulado financeiramente pelo Estado como um capital financeiro geral, e, na maior parte dos casos, como capital estatal produtivo – isto é, o papel do Estado subsidiando a formação de capital e, ao mesmo tempo, através das empresas estatais, constituindo a nova rede de relações industriais – na crise da dívida externa dos anos oitenta, terminou convertendo a referida dívida em dívida interna pública, com o que esgotou o papel de "condotiere" do Estado na expansão capitalista. O Estado "falido", uma expressão imprópria que a mídia tratou de divulgar, dava conta desse esgotamento.

A crise interna do Estado colocou os holofotes sobre a despesa pública e converteu as despesas sociais públicas no bode expiatório da falência do Estado "condotiere", quando na verdade isto se deveu à dívida interna pública e ao serviço da dívida externa da simultaneidade das duas crises, com a incapacidade clássica das burguesias em abrirem-se para a política, o que significa dizer que a resolução de seus impasses não conseguia ser arbitrada, abriu o passo a que a solução burguesa viesse, uma vez mais, de fora para dentro, agora na forma da globalização. Dito de outro modo, a solução da inflação, que nada é mais que o conflito distributivo pela mais-valia, foi resolvido pela abertura comercial, isto é, pela comissão internacional que abocanhava partes crescentes da mais-valia produzida internamente. Com o que estabilizaram-se os preços, mas ao preço – é boa a redundância – de uma

² OLIVEIRA *et alii*. "Quanto melhor, melhor: o acordo das montadoras", in: *Novos estudos CEBRAP*, n° 36, julho/1993; e OLIVEIRA, F. e COMIN, Alexandre, "Os anéis de Mercúrio", relatório de pesquisa ao CNPq, 1995.

permanente injeção de capitais especulativos que, ao mesmo tempo que cobre a brecha comercial, atua sustentando uma moeda fictícia, que é o real.

Esse intenso processo levou a uma subjetivação perigosa por parte das burguesias, que é isto a que se chama a privatização, de que a privatização das empresas estatais é apenas a forma mais aparente. Do que se trata é de algo mais radical, que é a privatização do público, sem a correspondente publicação do privado que foi a contrapartida, ou a contradição, que construiu o sistema do Estado do Bem-Estar³.

A privatização do público é uma falsa consciência de necessidade do público. Ela se objetiva pela chamada falência do Estado, pelo mecanismo da dívida pública interna, onde as formas aparentes são as de que o privado, as burguesias em prestam ao Estado: logo, o Estado, nessa aparência, somente se sustenta como uma extensão do privado. O processo real é o inverso: a riqueza pública, em forma de fundo, sustenta a reprodutibilidade do valor da riqueza, do capital privado. Esta é a forma moderna de sustentação da crise do capital, pois anteriormente, como nos mostrou a Grande Depressão de trinta, assim como todas as grandes crises anteriores, o capital simplesmente se desvalorizava.

A esse processo objetivo corresponde uma subjetivação da experiência burguesa no Brasil de hoje que é radicalmente antipública, no sentido da esfera pública não burguesa ou cidadã, como prefere Habermas, no sentido de uma experiência de transcendência dos próprios âmbitos de classe.

Essa falsa consciência de desnecessidade do público decorre da aparência de empréstimo de dinheiro das empresas ao Estado, via títulos da dívida pública mobiliária interna, de um lado, da herança da ditadura militar em que a política "policial" era tão-somente a repartição do produto social entre os proprietários, mediada por uma burocracia, elevada por alguns áulicos, entre os quais "et pour cause" o atual Ministro

³ RANGEON, F. *L'Ideologie de L'Intéret General*. Paris, Economica, 1986.

da Reforma do Estado e da Administração, à categoria de "tecnocratas" (um pastiche do John Kenneth Galbraith de *O novo Estado industrial*) que não representava a razão do Estado ou do público, mas como a própria expressão áulica ideologizou querendo neutralizar, era apenas a expressão técnica daquela repartição, excluídos os que não eram proprietários, do conflito pela referida repartição.

Essa aparência levou a uma outra experiência, que é a da constante troca de posições no Estado e na empresa privada: ministros e altos escalões que são retirados das empresas, que voltam às mesmas tão logo deixam os cargos e funções estatais e/ou governamentais, numa promiscuidade de que não há notícia mesmo em países de forte tradição liberal. Essa promiscuidade como que atuou no sentido de borrar, subjetivamente, as barreiras e fronteiras entre o público e o privado, ou mais radicalmente, atua no sentido de que tudo é privado: as pessoas funcionam como *persona*, não apenas em razão de um trânsito que baralha os papéis, mas porque a racionalidade das decisões é fundamentalmente privada. A introdução de critérios micro na racionalidade estatal a transforma, subliminarmente, em uma racionalidade privada. De par com o método de custos/benefícios passa-se, como mestre Weber ensinou, da razão substantiva para a razão instrumental: há uma ruptura para um outro paradigma, que passa a presidir as decisões do Estado. Assiste-se como que a uma regressão do universal abstrato como processo que cria o Estado como "comunidade ilusória" para o mero chão de interesses privados que, já agora, não se universalizam, já não têm, aparentemente, a necessidade de libertarem-se de sua forma de interesses privados, tal o nível da dominação, ou sobretudo da experiência subjetiva vivida pela burguesia.

Tal é mesmo o sentido das privatizações "stricto sensu". Não parece haver razão para a existência de uma forma diferente de empresa, precisamente de uma empresa que representasse aquele universal abstrato, a "comunidade ilusória", que pudesse assegurar as condições gerais da concorrência intercapitalista. Em parte porque as próprias empresas estatais

foram convertidas pela ditadura em simulacros de empresas privadas, e nessa condição operam pela mesma "rationale": em parte porque as burguesias consideram que o domínio de classe que já lograram torna desnecessário que uma parte do sistema mova-se por "leis" distintas das que movem o sistema privado, vale dizer, uma formação diferente da taxa de lucro, uma relação com o Estado e com as próprias empresas privadas de outra qualidade, vale dizer, nos termos de Polanyi, que as empresas estatais representam a politização necessária do mercado, a correção da produção de mercadorias pelas mercadorias, como diria Sraffa.

Na experiência cotidiana, de há muito as burguesias e seus altos correlatos, as altas classes médias e todos os que Reich e Lasch chamaram de "analistas simbólicos", já não têm nenhuma experiência de transcendência com outras classes sociais. Seus cotidianos são extremamente fechados, cerrados, claustrofóbicos, homogêneos. Uma breve descrição servirá para mostrar que esse cotidiano foi forjando uma subjetividade a qual se apresenta com as outras já descritas, formando o "homem privado" contemporâneo, que é a base social sobre a qual se sustenta o neoliberalismo; que no final de contas é sua expressão.

No Brasil, e provavelmente em todos os outros, o grande burguês e seus correlatos têm um cotidiano totalmente fechado em seu próprio círculo. Em casa, é cercado de criados, cujo estatuto de empregados assalariados foi realmente rebaixado para o de servos; não por acaso, várias personalidades políticas, nos USA, tiveram seus nomes "queimados" para ocuparem posições no governo democrata de Clinton porque não pagavam previdência social para seus empregados; eles eram claudesinos. Isto ocorre no Brasil também entre as mais graduadas personalidades; ali não há diálogo nem a fala do outro. Ao sair para o trabalho, o faz cercado da maior segurança: carros de segurança o seguem, à frente e atrás, e muitos mesmo já se locomovem dentro da cidade de helicópteros. Ao chegarem ao trabalho, a recepção se dá por elevadores privados, em prédios "inteligentes", e o máximo de contato com membros

de outra classe social se dá com as secretárias e com os serventes que servem café e bebidas, nas reuniões. A relação com as secretárias é cada vez mais tecnicada, sendo substituído o contato humano pelos faxes, internets, intercomunicadores, e o velho e bom telefone. A secretária é, já, um ser meramente virtual.

O cotidiano de um empresário passa-se sempre nesse "circuito fechado", de seu gabinete para reuniões com outros empresários em ambientes semelhantes. Muito raramente defrontam-se, por exemplo, com representações de trabalhadores: se esse fato era mais comum na década de 70, hoje ele é raríssimo: não apenas os assessores os substituem, como a dinâmica do conflito, por estratégia da burguesia, está transitando do sindicato para o chão de fábrica, do coletivo de trabalhadores de uma categoria para pequenos coletivos de trabalhadores de cada empresa, de cada fábrica e de cada seção de fábrica, onde não é o patronato, com suas caras oficiais, que está lá, mas seus prebostes dos "recursos humanos". As diversas estratégias que a sociologia chama de cooptação, que incluem todas as modalidades das chamadas "japonesas", não são outra coisa senão a tentativa de quebrar a representatividade sindical e deslocar o eixo da negociação para o terreno micro do interesse de cada um, onde a possibilidade da fala como recurso discursivo para a reivindicação é completamente anulada. Dá-se como contrapartida prêmios individuais, que reforçam a exclusão da fala (v. Cibebe Rizek⁴).

À noite, para completar, o empresário "moderninho" completa seu dia entre uma noitada, ao estilo Olacyr Moraes, gastando virtuosamente aquilo que vitoriosamente poupou, ou participa das grandes celebrações de hoje do mundo burguês, das quais ele é inclusive patrocinador: algumas das grandes sessões da ópera, dos patronos do Municipal, do Mozarteum, da Sociedade de Cultura Artística, alguns até são presidentes da Fundação da Bienal de Artes Plásticas, ou simplesmente, na maioria dos casos, está fora do país, divertindo-se "comme il

⁴ RIZEK, C. e MELLO E SILVA, Leonardo. Relatório do Projeto "Trabalho e qualificação no Complexo Químico paulista", julho 1996, mimeo.

faut". Em todos os casos, os mesmos poderosos esquemas de segurança o seguem, esquadrinhando cada metro de terreno que pisam ou por onde passam, evitando, a qualquer custo, qualquer contato com qualquer ser extraterrenal, vale dizer, de outra classe social. Raros deles exibem ainda uma antiga vocação altruísta, cuidando de instituições privadas de assistência pública, como Antônio Ermírio de Moraes, mas mesmo aí o público é privado, posto que é apenas constituído pelos pacientes e estes, desde uma velha nomeação que data dos fins da Idade Média, já são destituídos da fala e da reivindicação, como os loucos (Michel Foucault, *L'Histoire de la Folie dans l'Âge Classique*).

Uma das passagens possíveis durante o dia é o deslocamento para algum escritório do Estado. Ali, sobretudo nos mais altos escalões, o sentido de uma experiência que é apenas privada, que se passa apenas entre homogêneos, se reproduz: a fala é igual, os objetivos são iguais, anulam-se as diferenças entre Estado e Sociedade, entre Estado e Mercado e finalmente entre o governo e as empresas; mais freqüentemente, quem estava na empresa ontem, pode estar no Estado hoje, e vice-versa. Tome-se o atual ministério do Presidente Cardoso: nunca houve, em ministério algum, uma taxa tão alta de empresários. E, reciprocamente, nunca houve uma taxa tão alta de ex-altas figuras do primeiro e segundo escalão que tenham deixado o governo e se instalado confortavelmente num banco ou numa alta consultoria empresarial ou ido diretamente para a alta direção de um grande grupo econômico-financeiro.

Essa experiência subjetiva, ao lado da objetividade — que é sempre uma exteriorização, lembremo-nos da velha lição dos *Manuscritos econômico-filosóficos*, Marx e Engels, senhor — da falência do Estado, constitui a pedra de toque da privatização do público. Este aparece como desnecessário. E uma reforma do Estado que o faça parecer-se com essa objetividade subjetivada, vale dizer, com a empresa privada e com a experiência burguesa cotidiana, constitui a reificação quase necessária desse movimento. Não à toa, o Ministro da Reforma do Estado e da Administração é o que encarna melhor essa proposta reducionista: o Estado deve ter a mesma "rationale"

da empresa privada; deve retrair seus efetivos quando a crise o ordena; deve aplicar os mesmos critérios aos negócios (licitação de bens públicos, p. ex.), que uma empresa privada. Desnecessário dizer que o referido ministro provém não apenas da empresa privada, mas da tradição norte-americana de indiferença entre a função pública e a função privada e mais: provém do núcleo emblemático desse novo paradigma que é a organização de "marketing".

A crise do Estado, vista do ângulo de sua impotência para deter, realmente, o monopólio da violência legal, é uma consequência, objetivamente, de sua dilapidação financeira, e, subjetivamente, da falsa consciência da desnecessidade do público pelas burguesias e seus afiliados. Encerrando-se claustrofobicamente em seu mundo, cercado de seguranças privados por toda parte, as burguesias desinteressaram-se da polícia, em sentido literal, como elemento ostensivo do monopólio da violência pelo Estado. O estado de guerra civil larvar, e, em alguns casos, aberta, não é senão uma consequência dessa dupla determinação. Como resultado, a própria polícia "pública" privatizou-se no pior sentido: de um lado, a corrupção instalou-se para não mais sair, como correlato da grande corrupção burguesa — nos dias da ditadura, os grandes corpos de repressão eram alagados pelas grandes organizações para oferecerem "proteção", no melhor sentido mafioso. Essa experiência, em que policiais experimentaram relações com a alta burguesia, e experimentaram a aquisição de altas rendas, espraiou-se para todos os níveis policiais: da corrupção com o tráfico de drogas e os banqueiros do jogo de bicho, às empresas de proteção e de transporte de valores, que são quase todas de propriedade de policiais, até os hotéis de alta rotatividade, a alta cúpula das polícias, civil e militar, trata, hoje, sobretudo, de negócios privados. De outro lado, os baixos escalões tratam os conflitos privados entre os cidadãos como uma coisa dela, como um negócio privado, como se os conflitos privados entre cidadãos, que acontecem em qualquer parte do mundo, fossem conflitos com a polícia. O absentismo burguês que tornou o Estado impotente e roubou-lhe o monopólio legal da violência criou

o monstro de uma polícia oficial que age como se estivesse tratando de negócios privados: mata, tortura, extorquente, cobra proteção, no pressuposto, quase sempre confirmado, de que o absentismo burguês a torna imune e impune. Tal é o outro sentido trágico da privatização do público operado no Brasil.

Além disso, nas condições concretas do absentismo burguês, da falsa consciência da desnecessidade do público, de sua privatização, da impotência do Estado, e da política de estabilidade monetária, que sacrifica o social no altar de uma falsa moeda, a guerra civil implantou-se no meio das classes pobres. Estudos do IPEA, apresentados na última reunião anual da ABEP, já indicavam que assassinatos, suicídios e acidentes de trânsito apareciam como 70% das "causa mortis" na faixa etária masculina dos 15 aos 24 anos, nas capitais brasileiras, justamente quando o jovem entra no mercado de trabalho; um estranho mecanismo malthusiano! Estudos recentes, patrocinados pelo Programa de Aprimoramento das Investimentos de Mortalidade-Pro-Aim, publicados na *Folha de São Paulo* no domingo, 20 de abril de 97, esclareciam parte do enigma: são operários braçais, não qualificados, 32% deles morreram, em 1995, antes de completarem 25 anos, que estão se matando uns aos outros. O homicídio é, aliás, também a principal "causa mortis" em quatro (incluindo-se os braçais) dos sete grupos ocupacionais pesquisados.

Não se trata de um fenômeno criado no governo FHC, posto que ele decorre do largo processo que tentamos descrever, mas sem dúvida a ideologia oficial, a desmoralização dos trabalhadores, de funcionários públicos, a desmoralização da própria função pública, o apontar tudo que é público como inimigo de cada indivíduo tem uma carga simbólica mortífera, que amplificou extraordinariamente a tragédia que já ocorria.

Enquanto isso, as classes dominadas tentam, por todos os meios, construir a política, fazer política. Uma das formas mais exemplares a esse respeito foi construída pela experiência da câmara setorial da indústria automotiva, cujo processo está descrito, primeiramente sob a forma de hipótese, em Oliveira

et alii⁵, e analisado por Cardoso e Comin⁶ além de mais alguns textos. Resumindo, na ausência de política industrial para o ramo automotivo, trabalhadores metalúrgicos e empresários das montadoras de automóveis e das autopeças reuniram-se numa câmara setorial, cujo propósito original havia sido, simplesmente, o de regular preços. Depois de uma severa crise, que atingia os trabalhadores, que experimentaram, pela primeira vez, o fechamento de uma montadora no Brasil – depois das primeiras, como Renault, Kaiser e Chrysler que no início dos anos sessenta retiraram-se do Brasil, vendendo suas plantas para algumas das atuais – e as empresas, que experimentaram sérios reveses em suas taxas de lucro, o que aconteceu também com os produtores de autopeças, os três atores principais modificaram os termos da câmara setorial para compromissos de aumento da produção, renovação tecnológica, garantia de emprego e de salários, política de exportação, e uma série bem longa de uma agenda de discussões e de objetivos que constituía uma verdadeira revolução nas relações capital-trabalho no Brasil. A União entrou com uma redução no IPI e os Estados da União com reduções do ICMS, o que possibilitou, pelo conhecido mecanismo da elasticidade – preço da demanda, uma rápida, sustentada e notável recuperação de seus níveis e, conseqüentemente, dos níveis da produção. Há toda uma literatura, representada principalmente por Armando Boito e Ricardo Antunes, do lado da esquerda e por Gustavo Franco, "enfant gaté" do presidente FHC do lado da direita, que acusou e acusa ainda o acordo de "corporativista".

Em resumo, o acordo, que enquanto vida teve revelou-se notável sob todos os pontos de vista, de repente entrou em

⁵ OLIVEIRA et alii. "Quanto melhor, melhor", in: *Novos estudos*, Cebrap, julho/1993.

⁶ CARDOSO, Adalberto e COMIN, Alvaro. "Câmaras Setoriais, modernização produtiva e democratização das relações capital-trabalho. A experiência do setor automobilístico no Brasil", in: CASTRO, Nadya (org.). *A máquina e o equilibrista*. São Paulo, Paz e Terra, 1995; ARBIX, Glaucio. *Uma aposta no futuro: Os primeiros anos da Câmara Setorial*. São Paulo, Scritta, 1996.

declínio, desde que Fernando Henrique Cardoso assumiu a pasta da Fazenda, ainda no Governo Itamar Franco, sendo que o presidente era ostensivamente a favor do acordo. Cardoso começou a boicotá-lo sistematicamente e, a partir do exercício da presidência, o boicote transformou-se simplesmente em liquidação do acordo.

Não é nenhum mistério essa liquidação. O acordo não interessava ao governo FHC em primeiro lugar e acima de tudo porque ele constituía um recurso político, uma criação política de uma importante categoria de trabalhadores, central na luta de classes no Brasil, na organização da principal central do trabalho, a CUT. Isto se parece com voluntarismo, mas por trás dessa aparência está o fato de que a permanência do acordo obrigaria a uma permanente negociação e, portanto, à negação de que, em termos de Rancière, o bolo já está repartido entre os proprietários. O que os sectores de esquerda inclusive não conseguem ver é que essa forma de política, mais que a aparência revolucionária que a antiga atitude da CUT tinha, e que eles nostalgiam, punha em xeque a divisão do bolo, punha em xeque a propriedade, teriam que passar pelo crivo do sindicato. Em outras palavras, o investimento dos proprietários teria que passar pelo crivo dos trabalhadores. Teria sido um nível que apenas a social-democracia em seus melhores momentos e talvez apenas na Suécia e na Alemanha da co-gestão tenha alcançado.

Em termos do projeto de governo de FHC, o acordo seria uma permanente pedra no sapato, inclusive porque ele teria uma qualidade pedagógica difícil imediatamente de ser adotado por outros setores⁷ em termos de regulação (no sentido atribuído pela escola francesa da regulação, Boyer, Aglietta, Lipietz e outros), mas que poderia obrigar a uma política macro em cujo epicentro o acordo agisse como paradigma. O acordo não se prestava à não-disciplina dos preços, ou ao simples

⁷ MELLO E SILVA, Leonardo. *A generalização difícil*. Tese de Doutorado em Sociologia, FFLCH-USP, Departamento de Sociologia, 1997.

exercício do poder de oligopólio das montadoras e das principais empresas de autopeças, ou a deixar-se influenciar pela abertura comercial.

De outro lado, não interessava a FHC os limites que o acordo impunha para a entrada de outras montadoras, que era sua grande arma para seu projeto de crescimento e para garantia de entrada dos dólares necessários para manter a política de abertura que faz a permanente ameaça aos preços e mantém a estabilidade monetária. Há várias razões objetivas pelas quais o acordo não poderia, nunca, caber no perfil do governo FHC. Resta responder por que as montadoras e empresas de autopeças aderiram à câmara, para depois entrar em acordo com o governo, retirando a viabilidade ao pacto com os trabalhadores.

A primeira parte da resposta é que, nas condições de alta inflação, as empresas, que vinham apresentando sérios prejuízos⁸, não tinham outros parceiros para tentarem sair da situação senão os imediatamente interessados, isto é, os trabalhadores da categoria de metalúrgicos. Toda uma história anterior do próprio conflito entre eles havia mostrado aos dirigentes dessas empresas (v. entrevista de Luis Adelar Scheuer, diretor da Mercedes-Benz e então presidente da ANFAVEA, sobre Vicente Paulo da Silva, então presidente dos metalúrgicos de São Bernardo, na revista VEJA) que as representações dos trabalhadores com as quais lidavam tinham alta credibilidade nas suas categorias e em vários setores da sociedade. Mesmo em sendo filiais de montadoras de grande porte no setor mundializado do automóvel – o que não era o caso da maior parte das indústrias de autopeças – parece ser que as matrizes estavam se desinteressando das filiais brasileiras, de que o fechamento da fábrica de motores da Ford em São Bernardo do Campo foi

⁸ COMIN, Alexandre. "Crise e concentração: Quem é quem na indústria de São Paulo", in: *Novos estados*, Cebrap, n.º 39, julho/1994; BELLO, Carlos Alberto. "Queda da taxa de lucro e conflitos distributivos na indústria de São Paulo nos anos 80", in: *CEBRAP – Centro Brasileiro de Análise e Planejamento*, Relatório parcial da pesquisa – Democracia e Poder Econômico: A Legislação Antitruste Brasileira diante dos processos de concordatas e centralização de capitais à escala mundial, São Paulo, 1996.

um dos sinais mais evidentes. A associação Volkswagen-Ford vinha se revelando problemática para ambas, mas as direções centrais pareciam não tomar nenhuma diretiva que as tirasse do atoleiro; os carros fabricados no Brasil tinham, em média, um atraso relativo de 10 a 14 anos em relação aos que suas montadoras matrizes lançavam em seus mercados originais, e o grande competidor, o Japão, parecia não se interessar pelo mercado brasileiro, figurando aqui, desde os anos setenta, com uma minúscula montagem de utilitários Toyota. Apenas a Fiat escapava do quadro geral de estagnação, fazendo da filial brasileira seu principal empreendimento fora da Itália e inscrevendo-a, definitivamente, na sua estratégia mundial. Por isso, a Fiat havia passado de última colocada no "ranking" das montadoras no Brasil para o segundo lugar, logo atrás da Volkswagen. E, não por acaso, a Fiat sempre foi contra o chamado "Acordo das Montadoras", nome pelo qual ficou conhecida a Câmara Setorial do Ramo Automotivo.

No momento em que o governo FHC, desde o lançamento do Plano Real, ainda no governo Itamar, firmava sua condição de aglutinador dos interesses burgueses e amalgamador dos diversos grupos políticos, desde o centro para a direita, as montadoras retiraram também seu interesse do acordo automotivo. Já não havia necessidade dos trabalhadores, segundo o novo estado da luta de classes e a hegemonia que o governo lograva, dia a dia, sobre as várias frações burguesas e sua capacidade de amalgamar interesses e clivagens tão diversas. Prosseguir com o acordo seria deixar crescer uma caixa de ressonância e de dissenso, num ambiente já apaziguado, segundo indicava toda a ambiência da política "policia" brasileira.

O episódio do boicote e do estrangulamento da câmara setorial do setor automotivo revela até que ponto esvaziou-se propositalmente a esfera pública que poderia regular os conflitos através da publicização do dissenso, através da operação dialética da privatização do público — que consistia nos impostos que eram reduzidos para que o acordo funcionasse — e na publicização do privado, isto é, na própria publicização do dissenso e no fato de que os critérios do investimento, do lucro

e suas margens, da reestruturação produtiva e do emprego das novas tecnologias, da defesa do nível do emprego e da renda dos trabalhadores, passavam a ser discutidos e acordados publicamente. Isto é, as classes sociais transitavam de seus involúcros privados para sua forma pública, o que leva a maioria da sociologia ingênua a pensar que já não há mais classes sociais.

Fica-se, então, apenas com a privatização do público. Que nessa operação necessariamente se desfaz e torna-se meramente privado, particular, sem transcendência. O que a destruição do público opera em relação às classes dominadas, como o exemplo da câmara setorial do setor automotivo nos mostra, é a destruição de sua política, o roubo da fala, sua exclusão do discurso reivindicativo e, no limite, sua destruição como classe; seu retrocesso ao estado de mercadoria, que é o objetivo neoliberal.

Essa operação de destruição da fala, do discurso que reivindica, que interpela o outro, para substituí-la pelo eterno "você me entendeu" de Rancière, que significa que o outro não entendeu e não pode entender, tem sido sistemática no governo FHC. Ao destruir os recursos políticos que uma categoria como a dos metalúrgicos havia criado, é quase como destruí-la como classe, como já se afirmou: daí por diante, a operação do conflito, do dissenso, fica cada dia mais dificultada, pela desmoralização daquele que foi destituído do discurso. Ele não pode mais avançar e já não pode recuar, sob pena de sua ação perder toda eficácia, porque a reivindicação da parcela que ele reivindicou — a possibilidade de intervir nos próprios negócios da burguesia e de co-dirigir uma política de Estado — não tem o mesmo estatuto que a simples reivindicação do salário. Instala-se uma desmoralização da categoria, que se alastra como epidemia para quase todas as categorias de trabalhadores. Dela só escapam aquelas cuja reivindicação é de outra natureza, melhor dizendo, de outra materialidade e que, por isso mesmo, constitui-se também em política desafiadora da geometria da distribuição da riqueza entre os proprietários. É por essa razão que o Movimento dos Sem Terra é hoje o único que faz política no Brasil e, se aceitar as armadilhas do governo, rapidamente cairá em descrédito.

A arma da desmoralização da fala, do discurso, tem sido uma das tônicas mais presentes no governo FHC. Sua arrogância em nomear como ignorantes, atrasados, burros, neobobos, todos os que se opõem a seus métodos, não tem outro objetivo: a anulação da fala e, através dela, a destruição da política, a fabricação de um consenso imposto, ao modo das ditaduras. Ele já obteve esse resultado, em parte, com os principais sindicatos de trabalhadores, que já não conseguem veicular seus discursos; ele já reduziu ao silêncio uma importante parcela de trabalhadores: basta dizer que os funcionários públicos federais há dois anos não recebem nenhum reajuste e neste ano da graça de 1997 o assunto sequer foi pautado por nenhum veículo de mídia! Sem embargo da repetição “ad nauseam” da inexistência de inflação, nestes dois anos, os salários dos funcionários públicos experimentaram uma corrosão de pelo menos 40%, o que significa que seu poder de compra foi reduzido a quase metade! Isto é a anulação da fala reivindicante da maneira mais avassaladora que a história brasileira, mesmo sendo tão anuladora, não conhecia desde há muito tempo. Neste sentido, Fernando Henrique Cardoso retomou o mote de Collor dos funcionários públicos como “marajás”, os expõe todos os dias ao opróbrio, numa operação de mistificação de alto risco, para esconder a realidade de seu orçamento de governo comprometido até a medula com os serviços da dívida para sustentar a enxurrada de dólares que ancora a estabilidade monetária.

Não é, pois, sem sentido que a política “policial” tenha se convertido numa operação de “merchandising” por excelência. Reduzida, por um lado, à relação Executivo-Legislativo, em que ela não desborda os termos do acordo entre proprietários – tanto no sentido material quanto no sentido simbólico – excluindo-se os que não são, de que é prova definitiva o definhamento das várias organizações criadas nas três últimas décadas como formas de fazer política pelas classes populares – os movimentos sociais, tão famosos em certa época e tão adulados por certa sociologia de ocasião – substituídas outra vez pelo assistencialismo castrador do programa Comunidade Solidária, o governo resume-se a repetir o eterno tema da estabilidade monetária, que é, a rigor, sua única realização.

A constante presença do Presidente na mídia é, em si mesma, uma metamídia. Além de que, em tradução livre, “a estrutura comunicativa de nossa sociedade revela a não atualização de uma série de falas que remete, necessariamente, à noção de exclusão de certos falantes”, a presença do Presidente legítima a própria mídia na sua função de exclusão dos falantes e na sua substituição da política. Não é por outra razão que a política “policial” brasileira está se tornando cada vez mais “norte-americana”. E ninguém utiliza mais a mídia como metamídia que o governo FHC: através dela, ele desqualifica a oposição e os exclui do discurso público.

Neste quadro, a violência que campeia na sociedade brasileira e, sobretudo, a violência que é produzida pelos próprios aparelhos de Estado não é senão uma pálida sombra da exclusão da fala e da privatização do público, e, no seu rastro, da anulação da política. Mesmo quando parece partir da “sociedade civil” a vigilância que cobra do Estado sua função, como no caso recente da chacina no município de Diadema, o olho era o da mídia, o que significava dizer, ao mesmo tempo, a efemeridade, sua substituição pela próxima notícia, o deslocamento das responsabilidades do Estado para uma suposta “sociedade civil” e a morte da política, pois esse deslocamento somente produz indignação, mas não produz política.

Rolf Kuntz chamou, em artigo para a Revista USP¹⁰, o neoliberalismo de integristo, fundamentalismo. Nas condições concretas da sociedade brasileira – para não arriscar-me além do meu território – o neoliberalismo, como um Frankenstein construído de pedaços de social-democratas, antigos e novos oligarcas do Nordeste, populistas de direita, tráfugas de esquerda, numa articulação presidida pelo “príncipe dos sociólogos”, passa por uma estranha metamorfose: sua face real é a do totalitarismo.

⁹ MATA, Maria Cristina. “La exclusión del habla”, Buenos Aires, mimeo., 1997.

¹⁰ KUNTZ, Rolf. “O neoliberalismo é um integrista”. *Revista USP*, São Paulo, mar-maio/1993, p. 54-61.